II CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO

IMPASSES E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA E OS DIREITOS AO ENSINO ESCOLAR

FRAIRON CÉSAR GOMES ALMEIDA; HALINE JANAÍNA FRANCO ALMEIDA; THAWANE MACÊDO PORTELA

RESUMO

A equidade no acesso ao ensino escolar levanta reflexões importantes sobre a disparidade educacional que persiste em nossa sociedade. A educação indígena é um tema essencial que abarca os direitos humanos, a preservação cultural e a garantia de oportunidades educacionais igualitárias. Ao longo da história, as comunidades indígenas enfrentaram desafios importantes para garantir uma educação de qualidade que honrasse suas identidades culturais e conhecimentos ancestrais. Nesse contexto, a pesquisa busca aprofundar a compreensão dos principais impasses enfrentados pelas comunidades indígenas em relação ao acesso à educação e ao pleno exercício de seus direitos educacionais, bem como a valorização e integração dos saberes tradicionais e culturais indígenas no currículo escolar. Delineou-se como problema da pesquisa o seguinte questionamento: como a falta de reconhecimento e respeito pelos conhecimentos tradicionais e culturais indígenas no ensino escolar afeta a identidade cultural e o desenvolvimento educacional das comunidades indígenas? Quanto aos objetivos, a pesquisa propõe: investigar os principais obstáculos e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas em relação ao acesso à educação indígena e ao pleno exercício de seus direitos educacionais; identificar desafios, lacunas e oportunidades no contexto da educação indígena e o ensino escolar e, reconhecer a valorização e inserção dos conhecimentos tradicionais e culturais indígenas no currículo escolar. O presente estudo trata-se uma pesquisa integrativa de abordagem bibliográfica, em que se permitirá reflexões e inferências sobre a educação indígena e seus direitos ao ensino escolar. Quanto aos instrumentos, a natureza escolhida para a criação do estudo é a pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Desta forma, este estudo reforça a importância de consideração e respeito aos direitos educacionais das comunidades indígenas como um passo fundamental para promover uma sociedade mais justa e inclusiva, onde diferentes culturas e identidades sejam valorizadas e respeitadas.

Palavras-chave: oportunidades; educacional; conhecimento; reflexões; identidade.

1 INTRODUÇÃO

A educação indígena e o direito ao ensino escolar representam uma interseção crucial entre os direitos humanos, a preservação cultural e a promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Historicamente, as comunidades indígenas enfrentaram desafios significativos no acesso a uma educação de qualidade que respeitasse e valorizasse suas identidades culturais e conhecimentos ancestrais. No entanto, nos últimos anos, houve um aumento do reconhecimento da importância de proteger e promover os direitos educacionais das populações indígenas, embora se perceba que ainda não seja o suficiente, e, muitos impasses, ainda precisam ser refletivos de modo a contemplar de maneira efetiva essa população.

DOI: 10.51189/cinped2023/27216

Os direitos ao ensino escolar para as comunidades indígenas vão além do acesso físico às salas de aula. Eles abrangem a implementação de um currículo culturalmente sensível que integra e respeita os conhecimentos tradicionais, línguas nativas e práticas culturais das comunidades indígenas. Além disso, os direitos educacionais incluem a promoção de um ambiente escolar que respeita a diversidade cultural, combate o preconceito e o estigma e promove o diálogo intercultural e a compreensão mútua.

Os impasses da educação indígena não devem ser enxergados apenas como uma adaptação do currículo padrão, mas sim uma abordagem pedagógica que valoriza e incorpora os valores e perspectivas indígenas em todo o processo educacional. Isso implica a inclusão de conteúdos curriculares que reflitam a história, os costumes, as ideias e as práticas tradicionais das comunidades indígenas, além de métodos de ensino que incentivam a participação ativa das comunidades indígenas na formação e implementação das políticas educacionais.

A persistente desigualdade no acesso ao ensino escolar e o desrespeito aos direitos educacionais para comunidades indígenas representam desafios significativos que afetam a preservação da identidade cultural e o desenvolvimento desses grupos. Diante disso, tem-se como problema da pesquisa: como a falta de reconhecimento e respeito pelos conhecimentos tradicionais e culturais indígenas no ensino escolar afeta a identidade cultural e o desenvolvimento educacional das comunidades indígenas?

Quanto aos objetivos, a pesquisa propõe: investigar os principais obstáculos e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas em relação ao acesso à educação indígena e ao pleno exercício de seus direitos educacionais; identificar desafios, lacunas e oportunidades no contexto da educação indígena e o ensino escolar e, reconhecer a valorização e inserção dos conhecimentos tradicionais e culturais indígenas no currículo escolar.

Assim, o reconhecimento e o respeito pelos direitos ao ensino escolar para as comunidades indígenas são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades educacionais e fortalecimento e preservação da diversidade cultural e linguística desse público. É imperativo que os governos, as instituições educacionais e a sociedade em geral reconheçam a importância da educação indígena como um meio de promover a inclusão, a justiça social e o respeito pelos direitos humanos fundamentais dessas comunidades. A garantia desses direitos é essencial para uma sociedade construída mais justa e igualitária, onde diferentes culturas e identidades sejam valorizadas e respeitadas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se uma pesquisa integrativa da literatura a partir de uma abordagem bibliográfica, em que se permitirá reflexões e inferências sobre a educação indígena e seus direitos ao ensino escolar. De acordo com Sousa (2017) a pesquisa integrativa tem como objetivo a aproximação com a problemática elencada, realizando uma coleta de dados das pesquisas e fundamentando sobre o tema proposto para uma análise diante das fragilidades, assim, possibilitando contribuir para o desenvolvimento de trabalhos futuros.

Quanto aos instrumentos, a natureza escolhida para a criação do estudo é a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, oportunizando interpretar e analisar os dados e comparar com a realidade frente ao problema delimitado, buscando assim, levantar todas as informações teóricas a fim de se chegar à conclusão.

Por se tratar de um estudo qualitativo de caráter exploratório, foram escolhidas bases de dados nacionais e internacionais com objetivo de realizar uma análise diante da temática identificada. Assim, se apropriará das plataformas SciELO (Scientific Electronic Library Online) e CAPES, tendo por base as publicações mais recentes sobre o estudo. A coleta de dados foi realizada no período de setembro a outubro de 2023, para as devidas fundamentações.

DOI: 10.51189/cinped2023/27216

Os critérios de inclusão aplicados para composição da amostra foram: publicações que estivessem disponíveis na íntegra, no período de 2018 a 2023, e que respondesse à questão norteadora do estudo. Os critérios de exclusão foram: publicações anteriores a 2018, indisponíveis na íntegra, produções repetidas (entre as bases de dados) e que não respondessem de modo significativo à questão norteadora do estudo. Os ajustes de dados foram obtidos com os descritores e uso de palavras-chave como: "educação indígena", "ensino escolar" e "desafios".

Os trabalhos e pesquisas selecionados foram analisados quanto a sua relação com o problema identificado. A síntese dos resultados destaca a importância de um olhar mais atencioso quanto a educação indígena e seu acesso ao ensino escolar, assim como a garantia dos direitos legais para essas comunidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão integrativa trata-se de uma abordagem metodológica que visa contribuir de forma ampla para estudos empíricos e/ou fenômenos teóricos, proporcionando um panorama significativo e consistente quanto ao problema analisado. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2009).

As etapas para obtenção dos resultados apresentados foram:

- 1ª Etapa: delimitação das categorias (descritores): educação indígena, direito ao ensino, educação escolar indígena;
- 2ª Etapa: levantamento de periódicos e publicações nos repositórios das plataformas SciELO e CAPES, levando em considerações aquelas ocorridas nos últimos cinco anos;
- 3ª Etapa: seleção das publicações que se adequassem ao estudo a partir da análise dos resumos, objetivos e resultados da pesquisa;
- 4ª Etapa: análise dos resultados e produção de um quadro síntese dos estudos selecionados.

Foram identificadas 32 publicações que se alinhavam, de maneira específica, ao estudo realizado. Da amostragem, excluiu-se 25 estudos por dois motivos: 1º a falta de uma melhor relação à proposta da pesquisa, que embora tratassem acerca da educação indígena, não especificamente o que estudo se propõe. 2º duplicação de trabalhos no sistema. Após esse cruzamento das categorias delimitadas restaram 7 trabalhos que são expostos, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Relação dos Periódicos Consultados

Título	Autores	Ano	Revista
Educação Indígena e Resistência: impactos nas políticas públicas educacionais indígenas e curricular	RODRIGUES, Fabrício César da Costa; TEMBÉ, Magno Kamiran Oliveira Sousa.	2022	Inter-Ação
A Educação Indígena Brasileira	OLIVEIRA, IreneCosta.	2021	Temporis[Ação]
O contexto da educação escolar indígena brasileira	MEIRELES, José Manuel Ribeiro.	2020	Revista Brasileira de História & Ciências Sociais
Educação Escolar Indígena e a Produção de Material Didático Específico	MOREIRA, Rosângela Gomes; ZOIA, Alceu.	2021	Revista Eventos Pedagógicos
A importância da educação indígena na visão dos jovens estudantes	CANO, Eldo Ramires; VELASQUES, Úrsula.	2019	Revista Tellus

DOI: 10.51189/cinped2023/27216

Direitos Humanos e Educação Escolar Indígena Brasileira	GARDA, Jaqueline Maia; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina.	2022	Revista Interdisciplinar de Humanidades
Educação Escolar Indígena: reflexão sobre o ensino diferenciado na aldeia Jeripancó da terra indígena Ouricuri em Periconha (AL)	PEREIRA, Denilson Diniz; SILVA, Tailde Correia.	2022	Revista Espaço Acadêmico

Fonte: Autores (2023)

A análise dos periódicos levou em consideração a fundamentação teórica e os objetivos traçados relacionados às categorias da pesquisa, a partir das quais serão apresentadas as sínteses desse cruzamento. A partir das discussões obtidas nota-se que o direito à educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, reconhecido internacionalmente como um elemento essencial para o desenvolvimento individual e coletivo de uma sociedade.

Esse direito, no entanto, é frequentemente desafiado quando se trata dos povos indígenas, que ao longo da história enfrentaram obstáculos significativos para garantir uma educação escolar que respeite suas identidades culturais, conhecimentos ancestrais e necessidades específicas. Considerando a educação escolar indígena, pressupõe-se o reconhecimento de que todo conhecimento é uma produção social (ARROYO, 2018).

Em uma perspectiva histórica, as comunidades indígenas enfrentaram uma série de desafios em relação à educação. Desde a colonização, muitos povos indígenas sofreram políticas de assimilação que visavam apagar suas línguas, culturas e tradições. Como resultado, o sistema educacional frequentemente ignorou ou subestimou as ricas heranças culturais e conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. A luta desses povos envolve reivindicar a cidadania e as políticas sociais com as demandas de territorialidade, saúde e educação, sendo que os movimentos indígenas foram elementos importantes para uma renovação do modo pelo qual a relação entre políticas sociais e de Estado foram, até então, pensadas. (FERNANDES, 2018).

No entanto, nas últimas décadas, houve um aumento no reconhecimento da importância de proteger e promover os direitos educacionais das populações indígenas. Os governos e a comunidade internacional têm se esforçado para criar políticas e práticas educacionais que levem em consideração as necessidades específicas dos povos indígenas.

Assim, o direito à educação escolar para os povos indígenas vai muito além do acesso físico às escolas. Ele engloba a implementação de um currículo que seja culturalmente sensível, que integre e respeite os conhecimentos tradicionais, línguas nativas e práticas culturais das comunidades indígenas. Além disso, os direitos educacionais incluem a promoção de um ambiente escolar que respeita a diversidade cultural, combate o preconceito e o estigma e promove o diálogo intercultural e a compreensão mútua. Desta forma, deve-se contribuir "não somente na garantia de uma educação multicultural, mas também no aperfeiçoamento das políticas públicas já existentes" (SANTOS, 2019, p. 314).

A persistente desigualdade no acesso ao ensino escolar e o desrespeito aos direitos educacionais das comunidades indígenas continuam a ser desafios importantes. Muitas vezes, as escolas localizadas em áreas indígenas carecem de infraestrutura adequada, professores qualificados para lidar com as necessidades específicas dessas comunidades e currículos que reflitam suas realidades.

Para enfrentar esses desafios, é essencial que os governos, as instituições educacionais e a sociedade em geral reconheçam a importância da educação indígena como um meio de promover a inclusão, a justiça social e o respeito pelos direitos humanos fundamentais nessas comunidades. A partir disso, a escola indígena deve superar pedagogicamente a construção de

um novo espaço autêntico de incentivo e da valorização da diferença. Ela deve ser um espaço de novas experiências, de estar no mundo, ser diferente do "outro" de uma representatividade verdadeiramente indígena (RODRIGUES; TEMBÉ, 2020).

Garantir o direito à educação escolar aos povos indígenas não apenas fortalece suas identidades culturais e preserva seus conhecimentos tradicionais, mas também contribui para o enriquecimento da sociedade como um todo. É uma expressão de compromisso com a diversidade, o respeito e a construção de um mundo mais inclusivo e igualitário.

4 CONCLUSÃO

A educação indígena e o direito ao ensino escolar constituem pilares fundamentais para a preservação da diversidade cultural e para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Ao longo deste estudo, foi possível observar que persistem desafios significativos no acesso equitativo à educação indígena e na garantia plena dos direitos educacionais das comunidades indígenas. A falta de reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais e culturais indígenas no currículo escolar continua a afetar as características culturais e o desenvolvimento educacional desses grupos.

A análise das políticas educacionais atuais revela a necessidade premente de promover abordagens mais inclusivas e sensíveis à diversidade cultural, que reconheçam a importância vital de integrar os conhecimentos tradicionais e as práticas culturais indígenas no ambiente educacional. Além disso, a promoção de um diálogo intercultural e a construção de parcerias sólidas com as comunidades indígenas são essenciais para garantir uma educação indígena de qualidade, que respeite as identidades culturais e linguísticas únicas de cada comunidade.

Ao considerar as implicações socioeconômicas e psicossociais da negação ou minimização dos direitos ao ensino escolar para as comunidades indígenas, torna-se imperativo priorizar a implementação de políticas e práticas educacionais que promovam a valorização da diversidade cultural, combatam o preconceito e o estigma e fortaleçam a participação ativa das comunidades indígenas na definição de seus próprios caminhos educacionais.

Assim, este estudo reforça a importância de consideração e respeito aos direitos educacionais das comunidades indígenas como um passo fundamental para promover uma sociedade mais justa e inclusiva, onde diferentes culturas e identidades sejam valorizadas e respeitadas. A implementação de políticas educacionais sensíveis à diversidade cultural e o fortalecimento das parcerias interculturais são essenciais para garantir uma Educação Indígena de qualidade e para promover a preservação da riqueza e da singularidade das tradições e conhecimentos ancestrais indígenas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Currículo, Território em disputa**. 5. ed. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FERNANDES, Fernando Roque. Cidadanização e etnogêneses no Brasil: apontamentos a uma reflexão sobre as emergências políticas e sociais dos povos indígenas na segunda metade do século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.31, n.63, p. 71-88, jan./abr.2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v31n63/2178-1494-eh-31-63-71.pdf>.Acesso em: 10 out. 2023.

OLIVEIRA, Irene Costa. A Educação Indígena Brasileira. **Revista Temporis[Ação]** (Conexões Multidisciplinares em Educação). Cidade de Goiás; Anápolis. v.21, n.2, p.1-15, e-210202, jul./dez., 2021.

DOI: 10.51189/cinped2023/27216

RODRIGUES, F. C. da C.; TEMBÉ, M. K. O. S. Festa da Moça na Aldeia São Pedro: Contribuições para educação intercultural indígena, diálogo e reflexão acerca da diversidade cultural. **Revista Cocar**, Belém, v. 14, n. 28, p. 485-505, jan./abr. 2020.

SANTOS, P. L. dos; SILVA, E. D. da. A Educação Escolar Indígena como Fortalecimento da Identidade Cultural dos Potiguara da Paraíba/Brasil - Considerações Iniciais. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 1, p. 105–113, jan. 2021.

SANTOS, I. D. C. **A educação diferenciada como política pública de inclusão social dos Guarani e Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul.** Brasília, DF, v. 6, n. 3, 2019, p. 309-328.

SOUSA, L. M. M. *et al.* **A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem**. No21 Série 2-Novembro 2017, v. 17, 2017.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer?** Einstein, São Paulo, n. 8, p. 102-106, jun. 2009.

DOI: 10.51189/cinped2023/27216